

Um Estudo Etnográfico sobre a Atuação da Polícia Militar em uma Comunidade do Recife

An Ethnographic Study on the Performance of the Military Police in a Recife's Community

*Ricardo Caldas Cavalcanti Filho¹ 

Resumo

O objetivo deste trabalho foi descrever e analisar o modo de atuação da Polícia Militar numa Comunidade do Recife. A análise foi ancorada em quatro categorias locais que emergiram no curso da pesquisa: a polícia que “altera”, “Inflama” e mata e os policiais de dentro. Os dados foram obtidos a partir de uma etnografia, cuja realização se deu no período de seis meses em que o autor morou no local onde esta pesquisa foi realizada. Concluímos que o modo de atuação da PM é baseado em pequenas violências cometidas no dia a dia, o que faz com que a instituição deixe de existir enquanto alternativa de promoção de segurança e resolução de conflitos. Função esta que passou a ser exercida por meio de um sistema de governança informal da violência e de conflitos interpessoais operacionalizado por determinados atores comunitários, sem vínculos com o mundo do crime.

Palavras-chave: polícia militar; governança não-estatal da violência; etnografia; espaços de pobreza.

Abstract

The goal of this work was to describe and analyze the way the Military Police (PM) works in a community in Recife. The analysis was anchored in four local categories that emerged in the course of the research: the police that “disturb”, “inflammate” and kill and the police from inside. The data were obtained from an ethnography, which was carried out during the six-month period in which the author lived in the place where this research was carried out. We conclude that the PM's way of acting is based on small violence committed on a daily basis, which makes the institution cease to exist as an alternative for promoting safety and security. conflict resolution. The function is now operationalized with the medium of a system of interpersonal conflicts, without operational commitments, with the world of a system of interpersonal conflicts.

Keywords: military police; non-state regulation of violence; ethnography; poverty spaces.

¹ Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPE, Recife, PE, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8511-2487>.

Introdução

Um dos fatos mais marcantes da história do Brasil diz respeito ao fato do país nunca ter passado por um processo duradouro de redução da desigualdade social (CASTRO, 2015; MEDEIROS; SOUZA; SOUZA, 2016)². A longa duração desse processo, em consonância com um conjunto de outros problemas sociais, produziu em largas quantidades espaços (favelas, morros, comunidades, córregos, becos etc.) onde um considerável quantitativo de pessoas vive sob condições de pobreza concentrada, alta criminalidade e policiamento ineficaz (SAMPSON; WILSON; KATZ, 2018), além de serem vulneráveis em termos socioeconômicos e civis (KOVARICK, 2009).

A comunidade na qual foi desenvolvida esta pesquisa encontra-se inserida nesta realidade. Trata-se de uma localidade, cravada na zona sul do Recife, onde aproximadamente 15 mil pessoas vivem em um território marcado pela insuficiência de serviços urbanos. Boa parte das habitações são precárias e não possuem saneamento básico. Os dados do último censo do IBGE apontam que 60% dos moradores vivem abaixo da linha de pobreza, com uma renda inferior a R\$387 por mês. No período em que estivemos na comunidade, ocorreram três homicídios. Todas as vítimas eram homens que morreram via arma de fogo.

No plano institucional formal, se não podemos falar em uma total ausência do Estado, é possível pensarmos em sua presença como pouco efetiva e, em certos momentos, conflituosa, principalmente no campo da segurança pública. O objetivo desse estudo será descrever e analisar como os moradores desta comunidade avaliam o trabalho das forças de segurança pública que atuam no local. Focaremos, portanto, em descrever e analisar como os cidadãos, o lado da demanda de uma política pública, avaliam o trabalho de um grupo específico de burocratas de nível de rua (LIPSKY, 2019) que atuam com alto nível de discricionariedade e um baixo grau de supervisão e controle por parte dos superiores (MUNIZ; SILVA, 2010).

Embora não seja a única instituição responsável pela promoção da segurança pública, o nosso foco na atuação da Polícia Militar (PM) ocorre em função do trabalho ostensivo estabelecido pelos PMs. Ademais, segundo dados do anuário brasileiro de segurança pública (2020), 72,7% das mortes decorrentes de intervenção policial no país ocorreram com a participação de PMs. No local em que este estudo foi realizado, os policiais andam diariamente pelas ruas, becos e vielas da comunidade, estabelecendo padrões de interações que servem como base para uma avaliação dos moradores sobre a qualidade do trabalho feita pela corporação.

No curso da realização do trabalho de campo, enfatizaremos episódios que mostram como a polícia atua cometendo pequenas violências no dia a dia (SOARES, 2000) que geram tensões e inseguranças nos moradores. Na visão de Panglase (2013, p. 36), a falta de atenção às pequenas violências cometidas pela polícia no cotidiano faz com que pouco se saiba como a polícia atua no âmbito dos espaços de pobreza, e como os moradores desses locais vivenciam e são afetados por este processo.

O nosso principal achado é que além de fazer com que a população deixe de recorrer aos policiais, a avaliação ruim da PM faz com que os moradores busquem

² De acordo com os dados disponibilizados pelo *World Inequality Database*, 1% dos Brasileiros mais ricos possuem 27% da renda do país. Para efeito de comparação, a média mundial é de 19%. Na América Latina esse o valor é de 23%, enquanto que no continente africano o 1% do topo da distribuição têm em média 20% da riqueza da região. Mesmo em um país muito pobre com a Etiópia, por exemplo, essa proporção é de 13%. Assim dizendo, o Brasil é mais desigual do que alguns dos lugares mais pobres do planeta.

meios informais para gerenciar conflitos e episódios de violência. Chamaremos esse fenômeno de governança informal da violência.

O artigo está estruturado da seguinte forma: primeiro abordaremos a metodologia da pesquisa. Em seguida, discutiremos teoricamente o modelo de polícia existente no Brasil. Seus problemas, e as dimensões em torno do mandato policial. Mais adiante descreveremos e analisaremos as quatro categorias locais que emergiram ao longo do trabalho de campo nas conversas informais e entrevistas com os nossos interlocutores: a polícia que “altera”, “inflama”, mata e os policiais de dentro. Por fim, dissertaremos sobre o processo de governança informal da violência e como este ocorre na prática.

Apontamentos Metodológicos

Esta pesquisa foi baseada em duas técnicas qualitativas de pesquisa social, a etnografia, a principal delas, e entrevistas (estruturadas e semiestruturadas). Moramos, entre julho e dezembro de 2018, na comunidade em que este estudo foi realizado. Ao longo desse período, estivemos em reuniões de moradores, festas, partidas de futebol, bares, zona de venda de drogas etc. Foram as observações feitas nesses espaços que embasaram boa parte do diário de campo feito ao longo da investigação.

A escolha da comunidade como local de pesquisa ocorreu por conta do estabelecimento de contatos com alguns moradores do âmbito do NEPS/UFPE (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas de Segurança). Através deste, foi possível estabelecer uma rede de contatos no local que nos proporcionou um conjunto de relações, que culminaram na estadia lá por quatro meses.

Uma opção metodológica e ética que tomamos foi a de ficcionalizar todos os nomes citados ao longo deste artigo, como também ocultar o nome da comunidade na qual este estudo foi realizado. O anonimato nesses dois casos servirá para proteger o local e aqueles que me forneceram informações de qualquer tipo de risco.

No curso da pesquisa, dois moradores da comunidade foram fundamentais para a realização do estudo. O primeiro deles foi Ulisses. Ele foi o principal responsável pela nossa ida e também nos ajudou na interlocução com diversos entrevistados. Ulisses também foi um interlocutor constante sempre que delineamos uma interpretação sobre o contexto estudado. Uma outra figura fundamental foi Belano, o proprietário do imóvel que alugamos no período de moradia no local. Por ser um dos moradores mais antigos da comunidade, as conversas com Belano foram muito importantes para compreendermos o contexto histórico e questões específicas do lugar.

As observações sistemáticas foram complementadas por entrevistas semiestruturadas realizadas com dez moradores (oito homens e duas mulheres) e por conversas informais. Buscamos variar o perfil dos entrevistados para termos uma maior variação nas avaliações e experiências com as forças policiais, sendo assim conversamos com jovens ativistas, moradores mais antigos, moradores mais recentes, atores ligados ao mercado de drogas etc. Alguns desses entrevistados foram buscados de forma intencional, pois em um dado momento certos nomes surgiram como fundamentais no entendimento das questões que buscávamos investigar. Outros nomes apareceram por meio de indicações de outros entrevistados, configurando a o que é chamado de amostra bola de neve (VINUTO, 2014)

Todas essas entrevistas foram gravadas e transcritas. No entanto, não foi possível gravar todas as conversas, e, por causa disso, algumas informações que nos

foram dadas precisaram ser transcritas num momento posterior à conversa. Após a finalização das etapas de obtenção dos dados qualitativos, realizamos a análise das entrevistas e do diário de campo, empreendendo a chamada análise de conteúdo (PRIOR, 2014).

Assim, a opção por essas duas técnicas qualitativas ocorreu em função das questões que esta pesquisa buscou responder. Trata-se de temas que não giram em torno dos dados oficiais, muito menos podem ser compreendidos de forma distante do local pesquisado. O estabelecimento de relações e o constante diálogo com os moradores da comunidade proporcionados pela etnografia, combinado com aprofundamento proporcionado pelas entrevistas foi fundamental para alcançarmos as respostas aos questionamentos levantados. Um outro importante fator que embasou a escolha do método etnográfico diz respeito ao fato de que no âmbito dos espaços de pobreza existem distinções culturais e morais significativas, inscritas em instituições e mentes, que ajudam a explicar a diversidade de estratégias e trajetórias seguidas por seus moradores que somente a etnografia pode detectar e dissecar, conforme aponta Wacquant (2002, p. 1501).

No que tange às limitações dos dados coletados e analisados, é necessário colocarmos que o cunho qualitativo deste trabalho não permitiu que afirmações generalizáveis nem inferências causais fossem feitas. Não podemos afirmar que o que observamos ao longo deste trabalho de campo possa ser extrapolado para outros locais do Recife, por exemplo. Por isso, quaisquer conclusões aqui alcançadas são terminantemente provisórias e limitadas ao espaço pesquisado.

O Modelo Policial Vigente, os Seus Problemas, e a Discricionariedade do Mandato Policial

Quando falamos sobre polícia no Brasil, de que de modelo estamos falando? Para Paixão e Beato Filho (1997), as polícias nas democracias ocidentais estão diante de um modelo baseado na manutenção da ordem dentro dos contornos estabelecidos pela lei. Diante disso, encontramos, na subordinação da polícia ao Judiciário e na conformidade compulsória do trabalho policial às regras do *due process*, as condições que fazem da atividade policial a garantia da liberdade humana.

Segundo Muniz e Paes-Machado (2010), em contraste com a doutrina da força máxima que norteia as forças armadas, a polícia pauta sua atuação no princípio da força mínima, respondendo a qualquer exigência e demanda pela manutenção da paz social. O que está em jogo é a garantia de uma forma estatal e estável de governo, de modo a afirmar e a restituir, sob o império da lei, os limites no tocante aos usos e abusos de poder entre os indivíduos e entre eles e o Estado e seus agentes.

De acordo com Paixão e Beato Filho (1997), esse modelo está acompanhado de dois problemas inerentes. O primeiro deles é a concentração de poder simbólico e instrumental nas organizações policiais. O segundo envolve a restrição do uso de poder pelo policial na produção de ordem. Ou seja, existe um potencial repressivo intrínseco à atividade policial que precisa ser posto sob mecanismos de controle. Caso isso não ocorra de modo efetivo, a sociedade corre o risco de estar diante de uma instituição que exerce o monopólio legítimo da violência estatal de maneira desregulada.

Como um reflexo desse problema de regulação do uso da força nas ações policiais, a questão da letalidade policial é um dos problemas públicos mais flagrantes do Brasil atual. Entre 2013 e 2020 cerca de 37 mil pessoas morreram em decorrência de

intervenções policiais no Brasil, segundo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021 (ANUÁRIO..., 2021). As polícias que mais matam proporcionalmente³ são as do Amapá, Goiás, Sergipe, Bahia e Rio de Janeiro. Entre as vítimas das intervenções policiais há um claro viés racial e etário. Em 2020, segundo o mesmo relatório, quase 79% das vítimas de mortes decorrentes de intervenções policial são negras, e 76% dos mortos possuíam entre 0 e 29 anos.

O estado de Pernambuco apresenta uma taxa de mortes em decorrência de intervenções policiais inferior a taxa nacional, 1,2 mortes contra 3 mortes, segundo o ABSP (2021). Porém, entre 2019 e 2020 as mortes em ações policiais cresceram 53% no estado, de acordo com um levantamento feito pela Rede de Observatórios da Segurança. O mesmo estudo também aponta que a proporção de negros mortos nessas ações que chega a 97%. Na cidade do Recife, todas as pessoas mortas pela polícia em 2020 eram negras. Esses números nos permitem dizer que embora sejam menos letais do que policiais de outras unidades da federação, as forças policiais que atuam em Pernambuco e no Recife concentram seu aparato repressivo em uma parcela específica da população, as pessoas negras, que habitam os espaços menos estruturados em termos de infraestrutura urbana e com baixa promoção de bem-estar. A comunidade em que esta pesquisa foi realizada pode ser enquadrada exatamente nesses termos.

Para Adorno e Pasinato (2008, p. 3), estamos falando de uma cultura organizacional “constituída, modela e reproduzida, segundo a lógica de ‘caçar bandidos’”. Essas rotinas exploram o óbvio, são pouco permeáveis aos desafios enfrentados não apenas pelo crescimento dos crimes, mas também pela mudança de qualidade da violência, representada pela emergência do crime organizado e pelas graves violações de direitos humanos (ADORNO; PASINATO, 2008).

Um dos fatores decisivos para que as polícias brasileiras atuem sem uma sólida estrutura permanente de monitoramento é o fraco desempenho dos mecanismos de controle da atividade policial, tanto internamente quanto externamente. Internamente, existe um grave problema, que é a interferência do espírito de corpo sobre as apurações e as decisões proferidas. Na visão de Trindade e Grossi Porto (2011), existe uma escassez de normas de conduta e sua omissão com relação às técnicas e aos procedimentos na formação de mecanismos internos de controle das polícias brasileiras. Para os autores, trata-se de um processo ainda bastante incipiente, sem uma clara articulação entre estas normas e os códigos de atuação. Do ponto de vista externo, o controle da atividade pode ser exercido pelo Legislativo, pelo Ministério Público, pelo Judiciário, pelas autoridades políticas em nível executivo e pela sociedade civil.

Os altos índices de letalidade das polícias brasileiras apontam para um modo de ação cujo foco está ancorado numa abordagem estritamente punitiva em detrimento de uma linha de ação dissuasiva (GUERRERO, 2011). Por certo, o *approach* vigente não é pautada no desencorajamento do comportamento criminoso, desdobrando-se em ações que têm custos mais elevados em termos de vida humana e

³ Conforme Bueno, Marques e Pacheco (2021, p.60), não é correto afirmar que toda ação policial que resultou em morte é ilegal, assim como é possível afirmar que todas as ações foram legais. Sendo assim, os autores apontam alguns indicadores para verificar se o número de mortos pelas polícias está dentro ou acima de um nível de normalidade. Os dois indicadores são: a proporção de mortes violentas decorrentes de intervenções policiais em relação às Mortes Violentas Intencionais e a relação entre o número de mortes decorrentes de intervenção policial e o número de vítimas de crimes violentos letais intencionais.

de bem-estar social. Comumente, a estratégia punitiva, procurando punir em larga escala, favorece a impunidade generalizada devido à dispersão das suas capacidades limitadas e recursos nos campos de aplicação jurídica. Nesse contexto de incerteza, criminosos não têm incentivo para desistir do uso da violência.

Os estudos e os dados sobre as polícias brasileiras também nos permitem afirmar que estamos longe de um equilíbrio entre uma instituição policial que age dentro da lei com a utilização moderada da força. Nesse sentido, a fronteira entre a ação legítima e necessária do uso da violência e a violência policial, quando os limites legais acabam sendo ultrapassados, acaba sendo um exercício cada vez mais rarefeito. Assim, no Brasil, a instituição em questão não consegue produzir *enforcement* sem que este leve a tirania ou passe a servir interesses particulares (MUNIZ; PROENÇA JUNIOR, 2014). Por culpa de suas próprias ações, as polícias brasileiras estão sendo sempre sob suspeita, mesmo quando agem corretamente.

Uma vez em ação, o policial está diante do exercício do mandato de sua profissão, tal como delineado por Muniz e Proença Junior (2014, p. 496), que conferem aos agentes: “O poder de decidir sobre o tipo de solução mais adequada e certo tipo de evento, ou mesmo de decidir agir ou não agir numa determinada situação, revela que a tomada de decisão discricionária é a *práxis* essencial da polícia.”

Tendo em consideração o caráter discricionário do mandato policial, é plausível pensarmos que, num contexto no qual a violência policial é um problema público relevante, o uso descabido da força seja direcionado àquelas pessoas que vivem em espaços que oferecem um diminuto conjunto de disposições que contêm arbitrariedades. No Brasil, é possível notar que esses lugares são territórios onde habitam os pobres de maioria parda e preta, os assujeitados criminalmente (MISSE, 2010).

A polícia, enquanto instituição que está inserida num sistema de valores, é parte atuante e legitimadora na manutenção desse processo. É importante salientarmos que não faz parte do escopo deste trabalho investigar a gênese desse problema dentro das organizações policiais. O enfoque está em perscrutar os efeitos práticos desse problema na comunidade em que este estudo foi realizado.

De modo mais depurado, o questionamento que os problemas supracitados podem levantar é o seguinte: quando a estabilidade do uso da força durante o mandato policial, uma ferramenta de uso situacional do agente, torna-se algo exercido da forma abusiva, o que acontece? A resposta é simples: as pessoas não confiam na polícia e o mandato policial perde sua credibilidade. Quando a perda da confiança na polícia consolida-se num território, “ela deixa de existir”, conforme sentenciam Muniz e Proença Junior (2014, p. 498). Assim sendo, a população começa a excluir deliberadamente a polícia enquanto alternativa aceitável, então qualquer outra alternativa de resolução de conflitos que seja capaz de garantir a ordem passa a ser preferível. Nas próximas seções deste trabalho, nos dedicaremos a destrinchar empiricamente o modo de atuação da polícia na comunidade em questão, como a desconfiança na instituição é fundamentada e as consequências desse processo.

A Polícia que “Altera”

A polícia atua no campo onde este estudo foi realizado com base num mandato sem credibilidade e sob profunda desconfiança dos moradores. Logo quando cheguei à comunidade, foi possível perceber os impactos das ações policiais na rotina

dos moradores⁴. Nos primeiros dias de estadia, questionei Belano, o proprietário do lugar onde morei durante a realização da pesquisa, sobre o fato de o local ser repleto de grades e fechaduras. Perguntei-lhe se era por causa dos assaltos, ao que ele respondeu: *“Não. Aqui tudo é gradeado por causa da polícia. É para ela não entrar. Se eles invadirem, vão esculachar. Já fizeram isso em várias casas por aqui”*.

Também nos dias iniciais, fui instruído por Ulisses, meu vizinho e principal interlocutor no campo, de que precisaria aprender um manual de condutas, caso fosse parado em alguma abordagem policial. *“A favela fala, e você precisa ficar ligado nisso”*, afirmou. Ulisses estava querendo dizer que quando a *“favela fala”* diz algo, é relativo ao modo violento de atuação da polícia. No meu caso, o desafio era compreender essas nuances locais para não ficar à mercê de alguma arbitrariedade. Era para eu sempre estar com algum tipo de identificação e dizer que era estudante universitário, caso fosse abordado por policiais.

A forma mais corriqueira de a polícia transitar pela comunidade é através de unidades especializadas motorizadas. São elas que entram nos becos e, segundo diversos relatos, *“tocam o terror nas palafitas”*, a área mais degradada da comunidade e menos visível aos olhos dos demais moradores. Nas abordagens, os agentes costumam chamar os alvos pelo nome, dada a frequência com que os abordam. Carvajal, um homem negro de 62 anos, um dos meus vizinhos e morador da comunidade desde a década de 1970, indica que a truculência e desrespeito da PM com os moradores é um fenômeno que ocorre há muito tempo. Ele recordou que as primeiras patrulhas da polícia na comunidade eram feitas a cavalo e afirmou que a polícia sempre foi violenta com os locais: *“Nunca houve respeito por parte deles nem antigamente nem hoje. Eles nem bom dia dão. Primeiro batem e depois perguntam. Sempre foi assim”*.

Para não sofrerem com algum tipo de violência, alguns moradores evitam sair dos becos enquanto a polícia circula nas proximidades. Para ter certeza de que a polícia não está mais no entorno, são feitos questionamentos para aqueles que estão vindo na direção oposta. Existe uma construção de códigos de condutas e corporais para que o encontro com a polícia seja evitado.

Na lógica dos moradores, alguns lugares da comunidade são considerados mais perigosos do que outros. Em termos de risco, os becos são os espaços de maior tensão. São neles que se concentram as cenas de uso de crack, e nas suas entradas, atuam os traficantes. As ações da polícia nesses espaços tendem a ser ainda mais truculenta, pois o constrangimento é ainda menor. Os becos são lugares escuros e estreitos, onde qualquer tipo de arbitrariedade dificilmente é notado.

Quando algum policial quer *“escrachar”* com algum morador, ou seja, cometer algum tipo de arbitrariedade sem ser filmado, é para algum beco que ele vai. Então, para quem mora nos becos, a atenção precisa ser redobrada. É preciso sempre estar com a chave em mãos para abrir o portão o mais rápido possível e evitar distrações, a fim de detectar qualquer tipo de indicador de presença policial.

Essas instruções relativas ao modo de proceder em relação à polícia foram uma espécie de código de conduta interno, cuja finalidade é proteger os locais de algum tipo de arbitrariedade. Dessa forma, essa preocupação mostra que os moradores colocam como um problema secundário e menos perigoso os efeitos produzidos pela dinâmica criminal. Também não há uma preocupação manifesta em relação à possibilidade de assaltos dentro da comunidade. O potencial de violência dos mercados e de certos

⁴ A partir desse momento passo a usar relatos na primeira pessoa do singular.

moradores não são mitigados. O que ocorre é que, para os moradores, há uma previsibilidade de atuação nesses tipos sociais. Nos mercados de drogas, a visão é que basta não se envolver. Caso exista algum tipo de envolvimento, é preciso “andar na linha” e não “tirar os traficantes”. Com relação aos assaltos, Belano fez a seguinte afirmação:

Todo mundo sabe que aqui existem muitos ladrões. É histórico. Desde antes de morar aqui, eu já sabia disso. Eles (os assaltantes) roubam na praia, no centro, nos ônibus, em muitos lugares, mas aqui dentro eles não fazem isso. Foram crescidos e criados aqui dentro e respeitam a todos.

Para os moradores com quem conversei ao longo da realização da pesquisa, eles podem até ser vítimas de algum traficante ou de algum ator violento que mora no local, mas, caso isso venha a ocorrer, é porque algo fora do sistema de valores local foi realizado. Por outro lado, através das entrevistas, das conversas informais e das observações de diversas situações, a polícia aparece como mecanismo central de perturbações da ordem local. Isso decorre fundamentalmente por conta da imprevisibilidade das ações da corporação.

Else, uma jovem negra de 23 anos, relatou-me o seguinte: “Eles (os policiais) alteram. Você nunca sabe como eles vão agir com você. Eles podem passar sem fazer nada. Podem te parar e te humilhar. Sempre acham que você está com drogas, armas, ou algo errado.” Já Octávio, um jovem negro de 19 anos, foi além:

Comecei a ter raiva da polícia quando eles me abordaram, viram que eu não tinha nada e começaram a humilhar a minha irmã, que é deficiente. Eles podem tanto passar por você sem fazer nada quanto podem te dar um baculejo. Se eles pegaram você com alguma coisa de valor, irá te roubar. Vão dizer que você não tem dinheiro para comprar isso.

Esse cenário causa ainda mais indignação nos entrevistados, pois existe uma compreensão de que a polícia não age dessa maneira em outros espaços. Esse entendimento também advém da experiência prática desses atores. Em termos geográficos, a comunidade está localizada a poucos metros de um dos endereços mais caros e valorizados da cidade. Essa proximidade permite aos moradores notar que a polícia atua sob outros princípios em espaços mais abastados. Lá, eles são servidores públicos que transmitem segurança aos transeuntes e atendem educadamente àqueles que solicitam alguma ajuda.

Ao trazerem à tona essa diferença de *modus operandi*, os moradores apontaram a existência de dois mandatos policiais diametralmente opostos e, com isso, consolidaram uma narrativa negativa em relação ao modo como a polícia atua na comunidade. Neste tipo de mandato sobre o qual estão alicerçados, a credibilidade e a confiança são a regra. Um questionamento uníssono emerge: “Por que aqui eles não são assim?”.

A Polícia que “Inflama” e Mata

Além de “alterar” a ordem local, a polícia também “inflama” e mata. Em meados de 2016, num intervalo de três dias, dois homens foram mortos por policiais na comunidade. O primeiro a ser morto foi um jovem de 19 anos, atingido durante uma incursão da radiopatrulha. Segundo relatos à repórter Ciara Carvalho, do JC,

Eles já vieram atirando. Não teve nada de troca de tiros. Pegaram o meu neto, bateram nele para que ele contasse onde estava escondido o rapaz que estavam procurando. Mandaram [sic] ele pular na maré. Mas ele não sabia nadar. Ficou agarrado nas estacas. O policial foi e deu dois tiros na cabeça dele 'mais de 20', chegaram à comunidade já atirando. Foi rajada de balas. Muitos se trancaram em casa, e outros saíram correndo. Os policiais foram atrás pelos becos até que ele entrou na maré. Mas, como ele não sabia nadar, ficou agarrado numa estaca. Pediu para não morrer. Mas deram um tiro na cabeça dele (CARVALHO, 2017a).

Três dias depois, num sábado à tarde, após uma nova incursão da radiopatrulha na comunidade, um homem de 30 anos foi morto. A vítima era casada com uma das filhas de Belano. Tanto por conta da morte do genro quanto por experiência própria, ele entende que deveria ser revoltado com a polícia. Quando tinha 22 anos, na década de 1970, ele afirma que teve sua casa invadida por policiais que o levaram para uma instalação oficial. Lá, ele conta que foi torturado por quatro dias, indo para o pau-de-arara e passando por sucessivos afogamentos. Em razão disso, ficou com uma seqüela no ouvido esquerdo, e, até hoje, tem a audição comprometida.

Ao reconstituir os passos do seu genro no dia da execução, ele recordou que o seu filho mais novo havia combinado com ele de buscar materiais de construção num armazém. Minutos depois, seu filho chegou transtornado, relatando o ocorrido. “Além de matarem o meu genro, eles também poderiam ter matado meu filho também”, disse. Uma testemunha de cena contou ao JC que “(A vítima) estava sentada, esperando o ajudante para ir trabalhar. A viatura passou, os policiais desceram e atiraram nele. Temos medo da polícia. Ela virou pior do que o bandido” (CARVALHO, 2017a).

Na versão da polícia, as operações foram realizadas com o intuito de prender os suspeitos do assassinato de um sargento da corporação. Os dois homens mortos estariam implicados diretamente neste caso. No entanto, ninguém dentro da comunidade acredita nessa versão. Conversei com inúmeros moradores acerca desses casos. Por unanimidade, as vítimas foram caracterizadas como pessoas honestas, trabalhadoras e respeitadas. Os casos geraram uma série de protestos. Os moradores fecharam uma avenida por dois dias e exigiram justiça e o fim dos abusos cometidos pela polícia na comunidade. Na visão dos moradores locais, os dois rapazes agiam de acordo com sistema de valores locais, e, por isso, é incabível que eles tenham sido mortos.

Em respostas às demandas, foram instaurados inquéritos para investigar as mortes. Segundo a SDS-PE, testemunhas já foram ouvidas, e perícias estão sendo realizadas pelo Instituto de Medicina Legal e pelo Instituto de Criminalística. “Ainda não é possível determinar a autoria dos disparos e a motivação, e, para não atrapalhar as investigações, a Polícia Civil se pronunciará quando os fatos estiverem esclarecidos” (CARVALHO, 2017b), diz a nota enviada pela SDS-PE ao JC. Até o término deste trabalho, nenhum resultado relativo a esse inquérito foi divulgado.

Há uma grande desconfiança tanto em relação à polícia quanto em relação às instituições de controle da atividade policial. É dado como certo que denunciar um policial pode acarretar fortes sanções. Com isso, os policiais não se sentem intimidados em cometer abusos. Não há uma organizacional capaz de conter abusos. Na visão de Cesária, mulher de 40 anos que mora na comunidade há duas décadas: “Eles aqui batem

e matam. Se formos à corregedoria... Meus Deus, quem vai mexer com um policial para morrer logo depois?!". A tia de um dos homens mortos, em depoimento ao JC, também corrobora esse entendimento: *"Quando é policial que atira, a gente sabe o que acontece. Fica por isso mesmo. É assim que eles trabalham na periferia. Tratam todo mundo como se fossem bandidos. Agora minha irmã ficou sem o filho. Vai carregar esse sofrimento para o resto da vida".*

Ulisses recordou que, após sofrerem abusos durante uma abordagem policial, ele e um grupo de amigos resolveram denunciar os agentes à corregedoria. No dia de prestar os esclarecimentos, ele foi colocado na sala com um policial que lhe disse que ele precisaria identificar os envolvidos cara a cara. Diante dessa necessidade, Ulisses conta que não levou o caso adiante, pois a chance de sofrer alguma retaliação seria grande: *"Inventei que não estaria na cidade. Não era louco de fazer aquilo. Os caras das motorizadas me conhecem".*

O episódio narrado por Ulisses mostra que o mesmo policiamento que faz onipresente na vida de muitos jovens como ele, não é capaz de protegê-los quando eles são vitimizados e resolvem confiar nas instâncias de controle da atividade policial. Victor Rios (2011, p. 63) refere-se a esse processo como o paradoxo do superpoliciamento/subpoliciamento. Nessa dinâmica, o aparato repressivo da polícia é uma variável constante na vida de muitos jovens que vivem em espaços de pobreza, enquanto a dimensão protetiva é uma ferramenta seletiva que, via de regra, não está disponível quando o mesmo grupo se sente violentado.

Afora execuções extrajudiciais, a polícia também atua na comunidade de maneira indireta, "inflamando" conflitos. Na linguagem local, o termo "inflamar" aparece como uma forma de caracterização e acirramento de algum tipo de conflito. Existem alguns moradores que são vistos como inflamadores, pois incitam conflitos entre pessoas. Existem situações específicas que podem gerar inflamação, como certas festas e alguns jogos de futebol. A rivalidade com uma comunidade vizinha também "inflama" com relativa frequência.

No caso da polícia, a inflamação advém do uso da "fofoca" e da "venda de proteção". Aqui estamos falando de um conjunto de especulações sistemáticas no qual alguns policiais atuam como um terceiro elemento, aumentando o nível de tensão entre grupos e indivíduos. Em termos práticos, os policiais aproveitam-se da rivalidade existente com uma comunidade vizinha, transitando entre os dois espaços com alegações de que um grupo está se fortalecendo e com mais recursos em detrimento do outro. Num caso que me foi narrado, um grupo de policiais alertou um traficante local que um usuário que o devia uma quantia em dinheiro encontrava-se com recursos financeiros. O traficante ao saber do fato, foi cobrar o usuário, que acabou lhe pagando o débito. Nessa situação não houve o uso da força, mas não seria fora do comum se algum tipo de violência fosse utilizada, uma vez que esse tipo acerto de contas é comum no varejo de drogas das grandes cidades brasileiras. Caso o traficante em questão tivesse cometido um homicídio, a fonte inflamadora teria sido à polícia.

Esse tipo conduta revela uma estrutura de poder cujo objetivo não é eliminar o crime nem fomentar um contexto de paz social. O foco parece está voltado para semear conflitos e incertezas a fim de que a insegurança se transforme em uma forma de capital (PENGLASE, 2013, p. 48). Num contexto como esse, alguns policiais atuam gerando instabilidades perenes para lucrarem com a venda de supostas informações privilegiadas, privatizando serviços públicos e os negociando com aqueles que se configuram como público-alvo (MISSE, 2007).

Muitos entrevistados correlacionam um substantivo aumento dos casos de inflamação por parte da polícia à instalação de um Batalhão da PM ao redor da comunidade há exatos onze anos. O equipamento trouxe a polícia para dentro da comunidade de forma permanente. Como estamos tratando de um modelo de *práxis* policial abusiva, quanto mais polícia, mais problemas e insegurança para os moradores.

Os Policiais de Dentro

Em um país desigual e com poucas oportunidades de ascensão social para aqueles que ocupam a base da pirâmide social como o Brasil, o ingresso na PM representa a oportunidade de entrar para o serviço público e, com isso, alcançar a estabilidade, com a garantia de rendimentos fixos e janelas oportunas para a ascensão social desejada (MUNIZ; SILVA, 2010). A comunidade em que este estudo foi realizado não foge à regra. Existe um número considerável de moradores que são/fazem parte dos quadros das polícias.

A primeira lembrança dos mais antigos policiais locais é de figuras que encarnaram o papel de justiceiros, formando um grupo de extermínio que atuou por bastante tempo na região da comunidade. A lógica era matar aqueles que traziam risco à ordem. Diferentemente do caso das milícias no Rio de Janeiro, por exemplo, esse grupo não se consolidou como uma organização capaz de exercer o monopólio da violência no local e estabelecer um regime de extorsão (RIOS, 2011), muito menos penetrou nos mercados lícitos de maneira exploratória. Atualmente, os relatos explicitam que não há mais resquícios desse grupo, dado que alguns membros morreram, outros foram presos, e outros tantos se aposentaram, sem que houvesse uma renovação no quadro de membros.

Nos dias atuais, existem duas figuras policiais bastantes conhecidas na comunidade. Um deles é famoso pela ferocidade dos seus baculejos, isto é, pela forma com a qual ele faz suas abordagens. Essa figura representa um símbolo de desconfiança entre os moradores e da falta de credibilidade do mandato policial no âmbito da comunidade. Em conversas com Belano, Carvajal e Cesária, foi possível depreender o *modus operandi* do agente. De acordo com os três, o agente, em seu dia de folga, vai semanalmente à comunidade e fica circulando entre algumas ruas. Nesse período, ele realiza uma série de abordagens truculentas.

Nas palavras de Cesária: “*Ele toca o terror nos pirralhas. Se ele te pegar com droga, ele vai tirar onda contigo, vai te foder, mas não vai te prender*”. O policial também abusa de sua autoridade dando em cima de mulheres comprometidas na frente dos seus companheiros. Esse tipo de atitude, cujo efeito é atingir os padrões basilares da identidade masculina local, é uma das maiores formas de ofender alguém na comunidade.

Existe uma outra figura policial local cuja maneira de atuação evidencia os motivos pelos quais a confiança em relação à instituição é diminuta, trata-se de uma PM. Diferentemente do agente aludido, a PM não atua ofendendo em termos simbólicos. Sua forma de agir é puramente à base da violência física. Existe também aqueles que optam pela descrição. Não andam fardados pela comunidade e não falam muito sobre o trabalho.

Uma outra categoria de policiais que vivem na comunidade é formada por aqueles que são recém-ingressos na corporação. Por serem de uma geração mais nova,

boa parte desses agentes cresceram estabelecendo laços de sociabilidade com uma parcela dos jovens que ainda moram na comunidade. Frequentaram a mesma escola, jogaram bola no mesmo time, foram para as mesmas festas etc.

Ulisses, Royce e Bansky, entendem que a entrada na PM ocasionou uma mudança brusca de comportamento em seus amigos que fizeram esse movimento. Os três observaram que eles mudaram completamente a postura com os antigos amigos com o corte progressivo dos antigos laços de amizade. O efeito mais perverso dessa mudança é que alguns passam a perseguir os antigos amigos. Esse tipo de atitude é o que deixou Royce mais surpreso. Ao lembrar o caso específico de um amigo policial que o persegue, ele recordou que ambos fumaram maconha em diversas oportunidades. Esse ex-amigo, inclusive, foi o seu fornecedor por um longo período.

A maneira como os policiais que têm laços com a comunidade agem, especialmente os casos do que flerta com mulheres comprometidas sem pudor e dos jovens policiais que passaram a perseguir os seus velhos amigos, consolida a percepção de que a polícia atua alterando os arranjos consolidados internamente e gerando tensão e insegurança. A visão que se tem é a de que não se pode confiar nem nos agentes que são mais próximos. O exemplo dos policiais locais que atuam de forma discreta e não abusam da força parece não ser o tipo médio de policial existente que se consolida como a imagem típica da profissão na comunidade.

A Busca por Outras Alternativas de Governança da Violência e dos Conflitos Interpessoais

Feito esse apanhado descritivo sobre às ações da PM na comunidade, podemos afirmar que estamos diante de um *modus operandi* que não protege os moradores, e produz uma série de episódios corriqueiros de pequenas violências e abusos quase que diariamente num longo horizonte temporal. Assim como Anderson (2000) constatou em sua pesquisa de campo em um espaço de pobreza da Filadélfia, a percepção na comunidade é que se se um morador atirar em outro morador, o incidente não será investigado minuciosamente. Muito menos há qualquer expectativa que os abusos cometidos por policiais sejam coibidos. Pensa-se que existe um duplo padrão de justiça: um para os pobres e outro para os ricos. Os residentes costumam notar que eles precisam lidar rotineiramente com uma forma constante de ação por parte da PM que aqueles que habitam os espaços mais estruturados da cidade, em termos de renda e prestígio, não precisam. Essas observações reforçam a crença das pessoas de que estão sozinhas no que tange à proteção.

A questão que colocamos no início do texto foi: O que ocorre num contexto como esse? O argumento defendido nesse artigo é que esse cenário favorece um processo de governança não-estatal da violência e dos conflitos interpessoais⁵, uma vez que os processos de interações nos níveis locais não ficam estáticos. Pelo contrário, em função do seu dinamismo, demandam formas de estruturação das relações, papéis, resolução de conflitos etc.

⁵ Quando falamos em governança não-estatal da violência, estamos nos referindo a arranjos locais que pacificam entendimentos à margem, ou de encontro, daquilo que está delimitado pelas instituições do Estado nas quais regras socialmente compartilhadas, normalmente não-escritas, são criadas, comunicadas e impostas fora dos canais oficiais de comunicação. Estes arranjos podem ser criminais ou sem qualquer associação com atividades criminosas. Na definição de Scarbek (2020), as instituições de governança, governamentais ou não-estatais, são as regras do jogo em uma sociedade.

No caso da Comunidade, estamos falando de um cenário fragmentado no qual nenhum agrupamento que possui o controle da violência com capacidade de sistematizar um conjunto de práticas e papéis, como nos casos da Máfia italiana (GAMBETTA, 1993); do PCC (FELTRAN, 2018; MANSO; DIAS, 2018; DIAS, 2011) do CV (GRILLO, 2014); e das milícias cariocas (CANO; DUARTE, 2012). Também não há o protagonismo de gangues locais, como os casos pesquisados por Bourgois (2003), Venkatesh (2009) e Vigil (2010). Em vista disso, não observamos empiricamente nenhuma estrutura criminal dotada de um relativo nível de *enforcement* capaz de gerenciar os conflitos locais e regular o uso da força como ocorre nos casos supracitados.

O que encontramos na Comunidade foi uma dinâmica que se configura como um caso de governança informal da violência e dos conflitos. Melhor dizendo, constamos uma situação de governança paralela da violência e dos conflitos interpessoais sem a presença de instituições estatais e grupos criminais relativamente estruturados. O protagonismo desse arranjo é exercido por alguns atores que romperam um quadro histórico de desconfiança generalizada e possuem uma fonte diferencial de poder que os permite atuar com legitimidade no curso de suas ações, especialmente aquelas que seriam função da polícia. Nesse sistema de governança da violência desarticulado, os protagonistas são certos indivíduos sem conexões com o “mundo do crime” (FELTRAN, 2011). Para serem reguladores locais da violência e de conflitos que podem descambar para o uso da força, esses indivíduos possuem certas características que os fazem ser dotados de legitimidade perante os demais moradores, algo que, como vimos, a polícia não consegue.

A primeira característica, e possivelmente a mais importante de todas, é uma estreita ligação temporal com o local. Tratam-se de pessoas que nasceram, cresceram e permanecem na comunidade durante a vida adulta. Esse tempo de vivência resulta no estabelecimento de amizade com muitas pessoas, no respeito e num relativo nível de confiança com os vizinhos. Ademais, esse fator também faz com que os reguladores conheçam profundamente o funcionamento e a dinâmica da violência na comunidade. Em especial, eles foram socializados a partir do sistema de valores locais e o compreende em suas peculiaridades.

A segunda característica, que não deixa de ser interligada com a primeira, diz respeito à reputação. A biografia desses atores é composta por capítulos repletos de ações dentro daquilo que o sistema de valores local considera como certo. Isso significa dizer que essas figuras não se envolveram em situações públicas consideradas problemáticas nem cometeram atos públicos de violência que aos olhos dos demais fossem injustificáveis. Ainda, outro aspecto substancial referente à reputação é a desassociação com o crack e com qualquer laço colaborativo com a polícia. Quem colabora com a polícia é conhecido como “Siri”. A reputação também é ponderada a partir da realização de boas ações. O regulador é aquele que já ajudou muita gente, ao indicar, por exemplo, o que deve ser feito no âmbito da burocracia, emprestar dinheiro, arrumar empregos, entre outras atitudes.

Essas duas características somadas formam o tipo local de regulador individual dos conflitos locais. Alguns atuam neste campo porque acreditam que estão fazendo algo para melhorar a realidade local, outros agem por razões menos coletivas.

Na visão de Ulisses, o principal desafio daqueles que atuam na governança da violência e dos conflitos na comunidade diz respeito ao alto nível de imprevisibilidade no qual um conflito pode erodir. Um agredido pode retornar ao local da briga com

algum tipo de arma, que pode ser uma de fogo ou branca ou pode até mesmo retornar com um grande grupo de amigos para se vingar imediatamente. Nesse de tipo de lógica, a violência aparece enquanto um recurso comum para a resolução de conflitos.

Logo na primeira semana em que estive morando na comunidade, houve um caso prático de como funciona a regulação local da violência. A história se passou durante um festival realizado ali, quando um homem invadiu uma área de uso exclusivo de mulheres e dormiu ao lado de uma menina, que estava na comunidade apenas pela ocasião da festividade, sem o seu consentimento. A menina se sentiu violentada sexualmente e prestou queixa contra o rapaz.

Em função dessa denúncia, o rapaz, que estava em liberdade condicional, acabou sendo preso novamente por policiais que faziam rondas de moto pela comunidade. Ele ficou indignado com a falta de suporte dos moradores da comunidade em relação a seu caso, pois ninguém testemunhou a favor dele. Esse rapaz veio parar ali através de um pedido de sua mãe, a Bansky. Segunda sua genitora, o rapaz estava jurado de morte na cidade onde eles moravam em virtude de dívidas no mercado de drogas. Ele era usuário compulsivo de crack. Além disso, já havia sido preso algumas vezes. Uma dessas acusações era de homicídio. Ao pedir para Bansky acolhê-lo na comunidade, a mãe do rapaz buscava uma oportunidade de salvar a vida de seu filho.

Bansky aceitou o pedido. Como parte das atividades, o rapaz passou a trabalhar nos projetos sociais existentes na no local. Todavia, mesmo diante dessa oportunidade, ele continuou cometendo roubos e se envolvendo em brigas. Um processo diferente ocorreu com seus dois amigos que também tinham um perfil semelhante ao seu e que foram para a comunidade como uma forma de se reinserirem na sociedade. Hoje em dia, os dois são evangélicos e se afastaram do “mundo do crime”, segundo Ulisses.

O rapaz, por outro lado, não aproveitou a oportunidade que lhe foi concedida. O caso da menina foi o estopim de uma série de crimes cometidos por ele desde que passou a morar ali. Ele acabou voltando ao regime fechado. Meses após essa detenção, o rapaz voltou às ruas em liberdade condicional. Nos primeiros contatos com os atores da comunidade que haviam lhe dado a oportunidade, o rapaz mostrou-se extremamente irritado com a falta de apoio que lhe deram.

De acordo com Ulisses, ele queria se vingar daqueles que não o defenderam. Dado o histórico de problemas gerados pelo rapaz, Ulisses e Bansky passaram a temer que alguns episódios violentos fossem desencadeados em função do seu desejo de vingança. De maneira preventiva, ambos se articularam para ir até a residência do rapaz a fim de dissuadi-lo de uma possível vingança contra aqueles que lhe viraram as costas. O problema, segundo Ulisses, era que o rapaz era uma figura intimidadora por causa de seu tamanho e de sua força. Convencê-lo de não fazer uso da violência não seria uma tarefa fácil. Caso algo desse errado na forma de condução do caso, tanto Ulisses quanto Bansky poderiam ser alvos da fúria do rapaz.

Diante da complexidade da situação, ambos decidiram usar uma estratégia de convencimento ancorada no diálogo, empregando o alto nível de legitimidade que eles possuíam na comunidade para dissipar o potencial violento do caso. Ulisses afirmou que iria interpelá-lo da seguinte forma: *“Eu vou dizer o seguinte para ele: foi lhe dada uma oportunidade, e você vacilou. Não há justificativa para você fazer qualquer coisa aqui dentro. Você errou, man”*.

Essa estratégia foi eficaz. O rapaz foi convencido de que o erro havia sido dele e que ninguém merecia ser punido por isso. Porém, é sempre preciso ressaltar a efemeridade dos acordos. Nada garante que alguém possa, algum tempo depois, convencer o rapaz do contrário, ou que ele mesmo chegue a um novo entendimento em relação ao caso e decida se vingar de alguém. A menina que o denunciou está relativamente protegida, pois ele não sabe seu nome, e ela mora em outro estado.

Outro caso que ocorreu quando eu estava na comunidade também envolveu a dupla Ulisses e Bansky. A situação desenvolveu-se durante um evento de arrecadação de fundos para o festival de artes que ocorre anualmente na comunidade e que foi realizado numa praça. Havia um número considerável de pessoas, muitas da comunidade, mas também de outros lugares. O clima era de festa. Um DJ armou uma tenda de som que não parou de tocar por horas, os moradores mais próximos usavam suas casas como espaço para venda de bebidas alcoólicas e comidas.

Tudo estava transcorrendo dentro de uma relativa normalidade, até o momento em alguém pichou uma placa da Rotary⁶, que fica no centro da praça. Imediatamente, alguns homens que estavam bebendo num bar próximo foram tirar satisfações. Eles não gostaram do ato. A primeira ação dos homens foi cortar o som que estava embalando à festa: *“O som só será retomado quando a placa for limpa”*. A tensão aumentou. Imediatamente, uma aglomeração considerável se formou no entorno da placa. De um lado, ficou o grupo de homens insatisfeitos; de outro, os organizadores da festa. Um dos homens mais exaltados disse: *“Isso o que fizeram na placa é maloqueiragem. Abraçamos o trabalho de vocês, mas isso não pode, tem que tirar essa porra logo. Se não o bicho vai pegar”*.

O mote dos homens era que o evento tinha apoio da comunidade, mas que gestos como aquele representavam uma quebra de confiança, uma tiração. *“Tudo estava na maior tranquilidade, aí vem uma filha da puta e mela. Pichem o chão, mas não a placa”*, disse outro homem do grupo. Um terceiro homem, o mais agressivo de todos, gritou: *“Eu quero saber quem foi. Esse cara vai se foder. Se eu pegá-lo, ele está fodido”*.

Após alguns minutos de conversa, nada foi resolvido. Os homens insatisfeitos com o ato estavam visivelmente alcoolizados, falavam cada vez mais alto e de maneira mais agressiva. Os organizadores da festa tentaram estabelecer algum tipo de diálogo, mas não obtiveram êxito. Os homens queriam saber de qualquer forma quem tinha pichado a placa. Dado o histórico de conflitos dessa ordem na comunidade, foi perceptível que aqueles que eram moradores estavam tensos com o imbróglio, diferentemente daqueles que tinham vindo de fora apenas para o evento.

Bansky estava na linha de frente dos organizadores que tentavam pacificar o momento. Todavia, suas investidas não produziram êxito. Estava faltando Ulisses, que não havia chegado, pois estava em outro compromisso. A situação apenas foi costurada quando ele chegou. Ulisses foi para um local mais afastado da aglomeração e passou cerca de quinze minutos conversando com o grupo de cinco homens. Durante o diálogo, ele descobriu que um dos homens estava sendo pago pela Rotary para proteger a praça. Esse era o motivo pelo qual ele reuniu um conjunto de amigos e criou aquela situação. No entanto, o homem não havia sido pago por seus serviços nos últimos meses.

⁶ De acordo com seu próprio site, a Rotary é “uma associação de clubes de serviços cujo objetivo é unir voluntários a fim de prestar serviços humanitários e promover valores éticos e a paz a nível internacional”.

Diante desse atraso, Ulisses sugeriu que ele enviase uma fotografia da placa da praça pichada para aos representantes da Rotary, com o intuito de evidenciar que sem seus serviços de proteção, o local ficaria vulnerável e que, caso o pagamento dos serviços não fosse efetivado, a praça corria perigo. O homem achou a ideia interessante e aprovou a solução dada por Ulisses. Ele fez apenas uma contrapartida, pediu que a placa fosse pintada novamente. Ulisses deu a sua palavra de que ela estaria limpa. Uma semana depois, a placa estava limpa, sem os caracteres da pichação.

Diferentemente do primeiro caso, essa segunda história teve um caráter reativo. O desentendimento ocorreu e alguma ação precisava ser feita para que algo pior não ocorresse. O que estava em jogo na situação era uma contenção de danos. O jovem que realizou a pichação não era da comunidade, portanto não estava ciente dos códigos internos de conduta. Quem é interno sabe que não é aconselhável fazer algum tipo intervenção naquela praça. Novamente, Ulisses e Bansky entram em ação, fazendo uso do estoque de legitimidade que ambos possuem para regular o uso da violência num contexto específico. A intervenção da dupla em ambos os casos, embora dotada de um componente situacional e até mesmo fruto de um certo acaso, mostrou-se extremamente funcional. Agindo em conjunto, eles evitaram dois episódios que, sem a capacidade regulatória de ambos, poderiam ter gerado ações violentas em série.

Um terceiro acontecimento que presenciei foi regulado por uma mulher, de cuja identidade não obtive mais informações. Este caso ocorreu no espaço destinado ao comércio de drogas ilícitas que acompanhei por algum tempo. No meio de uma noite, um homem, considerado um dos maiores homicidas da comunidade, começou a discutir asperamente com um outro rapaz. A discussão acabou ganhando contornos mais tensos. O motivo era que o rapaz queria que o homicida não fumasse nas proximidades da mesa onde ele estava, então, o homicida foi ficando cada vez mais irritado com as reclamações e disse para o rapaz: *“Ei, tu quer subir (morrer), é?”*.

Em seguida, ele disse aos demais que estava sem um revólver e perguntou se alguém tinha uma bicicleta para emprestá-lo para que ele pudesse ir até sua casa buscar sua arma de fogo. Foi quando uma mulher apareceu, postando-se entre os dois homens. Ela pediu para que os dois parassem a discussão. O rapaz retirou-se e o homicida começou a discutir com a mulher: *“Cala a boca, senão eu meto na tua cara”*, disse. A discussão não progrediu para o lado físico, e o homicida foi embora pouco tempo depois.

Após o incidente, questionei Ulisses se ele não havia ficado com medo de o homicida ir buscar uma arma de fogo. Na sua visão, toda aquela cena era um jogo. Não havia um risco real. No duelo entre os dois homens, quem cedesse no momento poderia ficar marcado por isso. *“Quem baixasse a cabeça naquele caso seria visto como um frouxo”*, afirmou. Por isso, o rapaz, mesmo estando diante de um dos homicidas mais conhecidos e temidos da comunidade, não transpareceu estar receoso em nenhum momento. Faz parte da aquisição de legitimidade não titubear em momentos como esse.

Por fim, também é possível citar casos esporádicos envolvendo Belano. Este, mesmo com um relativo poder econômico, não age constantemente na regulação de conflitos. Ele me disse que esse não é o seu papel. Seus projetos de construção e reforma dos imóveis tomam-lhe um tempo considerável de sua rotina. Suas intervenções ocorrem apenas em casos pontuais, nos quais, via de regra, algum parente ou alguém muito próximo está envolvido. Este foi o caso de um dos seus inquilinos.

O rapaz, o inquilino, morava num dos imóveis de Belano há mais de três anos. Ele era usuário compulsivo de crack e esquizofrênico. Por causa dessa doença, este inquilino recebia mensalmente uma aposentadoria por invalidez. A maior parte desse dinheiro, ele usava para a compra de crack. Quando o dinheiro acabava, ele ia até um pequeno supermercado e pedia esmola aos clientes. Quem faz o pagamento de seu aluguel a Belano é sua mãe. Segundo Belano, ela sempre pede que ele fique de olho no filho e que o proteja de conflitos. Apesar de não ser muito próximo do rapaz, Belano conta que fica sensibilizado com os apelos da mãe. *“Eu tenho filhos e sei do medo e da angústia que a mãe dele sente. Todo pai quer proteger os seus filhos. Por isso, eu sempre estou de olho nele. Faço o que posso dentro do possível”*, afirmou.

Certo dia, Belano descobriu que seu inquilino estava jurado de morte por um traficante. Ele estava devendo a seu fornecedor, que não negociava seus débitos, além de ter sido visto gastando dinheiro numa banca de apostas esportivas. O inquilino estava “tirando” o traficante. Ao descobrir essa história, Belano acionou alguns contatos para descobrir quem era o traficante que estava querendo matar o rapaz. Por acaso, o traficante era alguém com quem Belano tinha

certa proximidade. Ele foi até a casa do traficante e tentou convencê-lo de que não valia a pena matar seu inquilino. Foi difícil dissuadi-lo da ideia, disse Belano, mas ele acabou cedendo, muito em função do respeito que havia na relação entre os dois. A única exigência feita pelo traficante foi de que o débito precisava ser pago. Belano concordou e procurou a mãe do inquilino para informá-la da quantia que seria necessária. Ela arrumou o dinheiro e foi com o filho e Belano até onde o traficante vendia seus produtos e fez o pagamento. O caso foi resolvido. Belano, no entanto, afirma que não empregará seu prestígio novamente para salvar o inquilino e espera que ele tenha aprendido a lição.

Embora essas ações não promovam uma mudança social no sentido de reduzir o número de episódios violentos de maneira sistemática, nem preenche totalmente o espaço deixado pela PM, existe uma evidente funcionalidade. Essas ações, sejam as de caráter preventivas ou de cunho reativas, impedem que a criminalidade violenta na comunidade seja ainda maior e o uso da força seja mitigado. Trocando em miúdos, o modo como a regulação da violência na comunidade está estruturado pode ser pensado como um mecanismo amortizador, mas não como um mecanismo permanente de redução de contendas.

Considerações Finais

Constatamos que o modo de atuação da PM na comunidade é o principal mecanismo explicativo da busca de formas alternativas de regulação de confrontos. Embora estejamos diante um déficit histórico de legitimidade e de ineficiência provocado por um amplo conjunto de instituições estatais e, por isso, a PM não pode ser unicamente responsabilizada pela questão, os abusos cometidos pela instituição acabam se tornando o lado mais visível desse painel. Isso decorre fundamentalmente por conta da ostensividade do trabalho policial, o que faz com que a polícia esteja em contato direto com os moradores cotidianamente. Esse alto grau de exposição leva a PM a ser avaliada por seus serviços e práticas de maneira mais frequente por aqueles que são vítimas e observadores das ações dessa corporação. Quando a ostensividade é feita de maneira arbitrária, torna-se visível à luz daqueles que sofrem as consequências.

Na comunidade, a PM atua alterando a ordem por meio de ações imprevisíveis que, via de regra, envolvem o uso desproporcional da força e uma série de constrangimentos, direcionados principalmente a homens, o que constituem uma das maiores ofensas em termos do sistema de valores local. Lá, a polícia também mata. Foram destrinchados dois casos recentes de execuções de moradores por policiais que estão vivas nas memórias dos moradores. A experiência prática de algumas das fontes consultadas também coloca em xeque os mecanismos de controle da corporação sobre ela mesma. É dado como certo que uma denúncia acerca da má conduta de um policial pode acarretar algum tipo de revanchismo. Lá, a PM inflama. Ou seja, os policiais atuam por meio de fofocas sistemáticas, acirrando conflitos entre moradores e criando situações inverossímeis que aumentam o nível de tensão entre os moradores.

Outra categoria que foi explorada foi a dos “policiais de dentro”, que diz respeito aos agentes que moram na comunidade. Duas figuras, um homem e uma mulher, entraram para o imaginário local como símbolos do conjunto de arbitrariedades que permeia à corporação. O impacto causado por esses dois policiais acaba suplantando uma maioria silenciosa, que são os policiais locais que preferiram criar uma rotina sem muita exposição, pautada pela discricão em torno de suas atividades. Entre os mais jovens, há um debate sobre policiais que outrora eram amigos de longa data e tornaram-se agentes há pouco tempo. A mudança de atitude desses policiais foi perceptível. Boa parte deles transformou-se em figuras autoritárias, repressivas e conservadores.

Por si só o fato de haver arranjos locais sem associação com atividades criminosas que atuam substituindo instituições estatais ineficientes não é um problema. Para Sampson, Morenoff e Gannon-Rowley (2002), vizinhanças comunitárias que são capazes de se engajar na vigilância e no monitoramento de potenciais criminosos tendem a impor mecanismos de controles formais e informais da violência. No entanto, o problema reside quando esquemas locais de governança da violência emergem em função de um processo de abusos contínuos de direitos humanos e ineficiência de longa duração por parte das instituições estatais. Ao longo deste artigo, buscamos descrever e analisar o papel da Polícia Militar nesse processo. No espaço pesquisado, a PM apareceu como principal fator na busca por novas alternativas de governança. Isso não significa que aconteça o mesmo nas diversas zonas periféricas que existem espalhadas pelo Brasil. Por isso, mais pesquisas são necessárias para que se forme um quadro comparativo robusto onde seja possível identificar os mecanismos comuns e díspares no debate sobre formação de sistemas alternativos de governança da violência em espaços de pobreza.

Referências

ADORNO, Sérgio; PASINATO, Wânia. Crime, violência e impunidade. *ComCiência*, n. 98, p. 1-3, 2008. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542008000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 13 abr. 2022.

ANDERSON, Elijah. *Code of the street: decency, violence, and the moral life of the inner city*. New York: WW Norton & Company, 2000.

ANUÁRIO brasileiro de segurança pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

BOURGOIS, Philippe. *In search of respect: selling crack in El Barrio*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

- BUENO, Samira; MARQUES, David; PACHECO, Dennis. As mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil em 2020. In: ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. p. 59-69.
- CANO, Ignácio; DUARTE, Thais. *No sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011]*. Rio de Janeiro: LAV: Fundação Heinrich Böll, 2012.
- CARVALHO, Ciara. "Executaram meu neto", diz avó de jovem morto em ação policial. *JC Jornal Digital*, Recife, 20 jun. 2017a. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/policia/noticia/2017/06/20/executaram-meu-neto-diz-avo-de-jovem-morto-em-acao-policial-290562.php>. Acesso em: 5 jan. 2018.
- CARVALHO, Ciara. Corredoria da SDS investiga mortes após ações policiais. *JC Jornal Digital*, Recife, 22 Jun 2017b. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2017/06/22/corredoria-da-sds-investiga-mortes-apos-acoes-policiais-no-bode-291044.php>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.8.2011.tde-13062012-164151.
- FELTRAN, Gabriel. *Irmãos: uma história do PCC*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.
- FELTRAN, Gabriel. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: UNESP/CEM: USP, 2011.
- GAMBETTA, Diego. *The Sicilian Mafia: the business of private protection*. Cambridge: Harvard, 1993.
- GRILLO, Carolina C. Pelo certo: o direito informal do tráfico em favelas cariocas. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO, Oliveira (org.). *Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014. p. 337-366.
- GUERRERO, Eduardo. La raíz de la violencia. *Nexo*, [s. l.], 1 jun. 2011. Disponível em: <https://www.nexos.com.mx/?p=14318>. Acesso em: 11 maio 2016.
- IBGE. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-2020-censo4.html>. Acesso: 5 mar. 2020.
- KOVARICK, Lúcio. *Viver em risco*. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- LIPSKY, Michael. *Burocracia em nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos*. Brasília: Enap, 2019.
- MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo: Editora Todavia SA, 2018.
- MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; CASTRO, Fabio Ávila de. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 971-986, 2015.
- MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". *Lua Nova*, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.
- MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 139-157, 2007.
- MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PAES-MACHADO, Eduardo. Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 437-447, 2010.
- MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENÇA JUNIOR, Domício. *Mandato policial, crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 491-502.
- PAIXÃO, Antônio Luiz; BEATO FILHO, Claudio. Crime, victims and policemen. *Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 233-248, 1997.
- PENGLASE, Benjamin. Invading the favela: echoes of police practices among Brazil's urban poor. In: GARRIOTT, William (ed.). *Policing and contemporary governance*. New York: Palgrave Macmillan, 2013. p. 31-51.

PRIOR, Lindsay. Content analysis. In: LEAVY, Patricia (ed.). *The Oxford handbook of qualitative research*. New York: Oxford University Press, 2014.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DE SEGURANÇA. *Uma pessoa negra é morta pela polícia a cada quatro horas*. Salvador: Rede de Observatórios, 2020. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/uma-pessoa-negra-e-morta-pela-policia-a-cada-quatro-horas/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

RIOS, Victor M. *Punished: policing the lives of black and latino boys*. New York: NYU Press, 2011.

SAMPSON, Robert J.; MORENOFF, Jeffrey D.; GANNON-ROWLEY, Thomas. Assessing “neighborhood effects”: Social processes and new directions in research. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 28, n. 1, p. 443-478, 2002.

SAMPSON, Robert J.; WILSON, William Julius; KATZ, Hanna. Reassessing “toward a theory of race, crime, and urban inequality”: enduring and new challenges in 21st century America. *Du Bois Review: Social Science Research on Race*, v. 15, n. 1, p. 13-34, 2018.

SCARBEEK, David. *The puzzle of prison order: why life behind bars varies around the world*. Oxford: Oxford University Press, 2020.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*: Companhias das Letras, 2000.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. *A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

TRINDADE, Arthur; GROSSI PORTO, Maria Stela. Controlando a atividade policial: uma análise comparada dos códigos de conduta no Brasil e Canadá. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 27, 2011.

VENKATESH, Sudhir. *Gang leader for a day*. London: Penguin UK, 2009.

VIGIL, James Diego. *Barrio gangs: Street life and identity in Southern California*. Austin: University of Texas Press, 2010.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WACQUANT, Loïc. Scrutinizing the street: Poverty, morality, and the pitfalls of urban ethnography. *American journal of sociology*, Chicago, v. 107, n. 6, p. 1468-1532, 2002.

WORLD INEQUALITY DATABASE. [Home]. 2021. Disponível em: <https://wid.world/data/>. Acesso em: 2 jan. 2021.

*Minicurriculo do Autor:

Ricardo Caldas Cavalcanti Filho. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (2019). Doutorando em Sociologia junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisa financiada CNPQ (Processo nº 131873/2017-2). E-mail: ricardocaldas13@gmail.com.